

## Diplomas Legais em Destaque

### Portaria n.º 205-A/2025/1, de 30 de abril

Defesa Nacional e Ambiente e Energia

Procede, para o ano de 2025, à identificação das águas balneares costeiras e de transição e das águas balneares interiores, fixando as respetivas épocas balneares, e à qualificação como praia de banhos, onde é assegurada a presença de nadadores-salvadores.

Entrada em vigor: 01 de maio

### Despacho n.º 5224/2025, de 07 de maio

Presidência do Conselho de Ministros - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, I. P.

Subdelegação de competências no diretor da Unidade de Cultura.

Produção de efeitos: O presente despacho produz efeitos desde o dia 19 de fevereiro de 2024, ficando ratificados, nos termos do artigo 164.º do Código de Procedimento Administrativo, todos os atos praticados no âmbito da presente subdelegação.

### Portaria n.º 208/2025/1, de 08 de maio

Presidência do Conselho de Ministros

Procede à segunda alteração ao Regulamento Específico da Área Temática Ação Climática e Sustentabilidade, aprovado em anexo à Portaria n.º 125/2024/1, de 1 de abril, alterada pela Portaria n.º 208/2024/1, de 13 de setembro.

### Declaração de Retificação n.º 23-A/2025/1, de 12 de maio

Assembleia da República

Retifica a Lei n.º 25-A/2025, de 13 de março, que procedeu à reposição de freguesias agregadas pela Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, concluindo o procedimento especial, simplificado e transitório de criação de freguesias previsto na Lei n.º 39/2021.

### Deliberação n.º 646/2025, de 16 de maio

Presidência do Conselho de Ministros - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, I. P.

Altera as unidades orgânicas flexíveis da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, I. P., e respetivas atribuições e competências.

Produção de efeitos: 20 de janeiro de 2025

## Deliberação n.º 647/2025, de 16 de maio

Presidência do Conselho de Ministros - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, I. P.

Delegação de competências do conselho diretivo.

Produção de efeitos: A presente delegação de competências produz efeitos à data de 20 de janeiro de 2025, ficando ratificados, nos termos do artigo 164.º do Código do Procedimento Administrativo, todos os atos praticados até à presente data

## Declaração de Retificação n.º 26/2025/1, de maio

Assembleia da República

Retifica a Declaração de Retificação n.º 23-A/2025/1, de 12 de maio, que retifica a Lei n.º 25-A/2025, de 13 de março, que procedeu à reposição de freguesias agregadas pela Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, concluindo o procedimento especial, simplificado e transitório de criação de freguesias previsto na Lei n.º 39/2021, de 24 de junho.

## Decreto-Lei n.º 81/2025, de 22 de maio

Presidência do Conselho de Ministros

Altera o Regime Geral da Gestão de Resíduos, completando a transposição da Diretiva (UE) 2018/851.

Entrada em vigor: 23 de maio

## Portaria n.º 230/2025/1, de 22 de maio

Cultura

Aprova o Regulamento do Fundo para a Aquisição de Bens Culturais.

## Decreto-Lei n.º 81-A/2025, de 23 de maio

Presidência do Conselho de Ministros

Estabelece os termos da participação do Estado Português no Programa InvestEU-Portugal.

Entrada em vigor: 24 de maio

## Portaria n.º 234-A/2025/1, de 26 de maio

Presidência do Conselho de Ministros e Finanças

Terceira alteração à [Portaria n.º 193/2021](#), de 15 de setembro, que estabelece as orientações específicas relativas ao circuito financeiro aplicável aos apoios do Plano de Recuperação e Resiliência, no âmbito do Mecanismo de Recuperação e Resiliência, recebidos da União Europeia a título de empréstimos.

[Contrato \(extrato\) n.º 74/2025, de 29 de maio](#)

Presidência do Conselho de Ministros - Direção-Geral das Autarquias Locais

Contratos-programa celebrados ao abrigo do [Decreto-Lei n.º 384/87, de 24 de dezembro](#).

[Declaração de Retificação n.º 27/2025/1, de 30 de maio](#)

Presidência do Conselho de Ministros - Secretaria-Geral do Governo

Retifica a [Portaria n.º 171/2025/1](#), de 10 de abril, que determina a desmaterialização dos processos de junta médica de avaliação de incapacidade, aprova a lista de patologias que podem ser objeto de emissão de atestado médico de incapacidade multiúso, com dispensa de junta médica de avaliação de incapacidade, e emite novas disposições relativas às juntas médicas de avaliação de incapacidade.